

COM A PALAVRA

NICHOLAS FONSECA



William Hector Gómez Soto

O nicaragüense William Hector Gómez Soto, hoje, é um tranqüilo professor do Instituto de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Economista formado pela Universidade Autónoma de Manágua, Soto veio para o Brasil em 1990, especificamente para Santa Maria, onde realizou seu mestrado em Extensão Rural pela UFSM. Mais tarde, já como professor da Universidade de Santa Cruz do Sul, doutorou-se em Ciências Sociais pela UFRGS, sempre procurando aliar seu conhecimento sobre as questões do campesinato e a academia. Esse conhecimento não surgiu ao acaso. Depois de integrar-se aos 17 anos, em 1974, às ações da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que lutou e, em 1979, conseguiu derrubar a ditadura sanguinolenta de Anastácio Somoza, William Soto acabou dirigindo entre os anos de 1982 e 1990 o Centro de Estudos da Reforma Agrária (CIERA). Ele foi diretor de um programa de formação sócio-econômica para técnicos que trabalhavam na reforma agrária. Em 1984 trabalhou colhendo café nas zonas de guerra, que passou a existir a partir do financiamento dos Estados Unidos aos insurgentes, chamados de "Contra". Foram cem dias de aprendizado. Em fevereiro de 1989 saiu de Manágua para fazer mestrado e até hoje se encontra pelo Brasil. Foi em terras brasileiras que acompanhou, em 1990, a primeira derrota eleitoral dos sandinistas em seu país de origem, ao mesmo tempo em que se casou e, anos depois, teve um filho, Guillermo, que atualmente, passa a maior parte do tempo com a mãe, a profa. da UFPel, Cristina Rosa. Acompanhe a seguir a entrevista de Soto sobre questões envolvendo os sem-terra e a reforma agrária no Brasil:

Solução para o campo é política, e não militar

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta- No Rio Grande do Sul, a Brigada Militar tem atuado duramente na repressão ao MST. Como o sr. tem avaliado esse processo?

Resposta- As atividades de repressão contra os movimentos sociais e o MST em particular não são recentes. Na verdade se trata de uma estratégia articulada no Rio Grande do Sul pelo governo estadual cujo objetivo evidente é a destruição do principal movimento camponês na América Latina. Tanto o MST como os outros movimentos que lutam pela terra buscam alternativas para a população 'sobrante' que resultou do estilo concentrador do desenvolvimento do País. A diferença do capitalismo europeu é que a existência da grande propriedade da terra nunca foi um obstáculo para o avanço do capitalismo brasileiro. Precisamente porque o capital surgiu da terra e em muitos casos o capitalista também é o mesmo grande proprietário de terras. O MST e as outras organizações que lutam pela terra cumprem a função de chamar a atenção da sociedade para esse problema ainda sem solução. E a solução para o problema agrário não é militar. A solução passa pela política e a construção de uma estratégia de desenvolvimento que inclua de forma digna às pessoas vítimas do capitalismo irracional.

P- Um conjunto de integrantes do Ministério Público Estadual chegou a propor a dissolução do MST sob o pretexto de que os sem-terra agiriam infringindo a lei. Como analisas esse fato?

R- Acredito que também faz parte dessa estratégia cujo objetivo é a destruição do MST. Também não é algo recente. Assim como se usa a força militar para intimidar, reprimir o movimento, também se utilizam esses artifícios ideológicos que viriam a justificar a eliminação radical do MST. Não é de agora. Já tinha lido em diversos momentos a insistência de alguns meios de comunicação de vincular o MST com Cuba, Nicarágua sandinista, as FARC, Hugo Chávez e por aí vai. Os argumentos utilizados não são novos. São velhos métodos e estratégias ideológicas para justificar a destruição violenta. Assim a

repressão militar e essa argumentação ideológica se combinam e constituem a mesma estratégia.

P- Há alguma semelhança entre a atuação do MST no Brasil e de outros movimentos sociais do campo na América Latina?

R- A estrutura desigual e injusta da posse da terra é uma característica comum na maior parte dos países da América Latina. É nessa estrutura que pode ser encontrada a explicação para os graves problemas sociais que enfrentamos. Sem dúvida os movimentos sociais da América Latina, da mesma forma que o MST são a expressão mais legítima da luta contra essas iniquidades que se aprofundam e se acumulam. Então estes movimentos têm muito em comum. Eu diria que, respeitando as particularidades, fazem parte de um mesmo movimento social e político das populações que têm ficado à margem da história, mesmo sendo elas as verdadeiras protagonistas.

“Estrutura injusta da posse da terra é comum na América Latina”

P- O sr. considera que o método de ocupar terras ainda é válido nos dias de hoje para reivindicar a reforma agrária?

R- Na atual conjuntura, considero que as ocupações continuam sendo uma forma inevitável na luta pela reforma agrária. Eu diria uma das poucas formas de luta que toca um dos pilares fundamentais que sustentam a sociedade brasileira: a propriedade privada da terra. E por isso causa tanto mal-estar. Porém, me parece que hoje é limitada e já não tem o mesmo impacto que nos anos 80 e 90. Limitada por quê? Eu penso que a luta pela reforma agrária encabeçada pelo MST fica encerrada nela mesma. Dando a impressão que a reforma agrária interessa só ao MST. E não é verdade. O maior desafio do MST e de quem luta pela reforma agrária é mostrar que ela é uma questão social e não agrícola. E que sua solução também interessa a toda a sociedade, aos pobres e marginalizados nos centros urbanos e não só àqueles organizados no MST.